



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 191/2022

Contrato n.º 191/2022

Ref. TOMADA DE PREÇOS N.º 000005/2022

Processo n.º: 4643/2022

**REALIZAÇÃO DE OBRA DE
PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM EM
TRECHO RURAL NAS COMUNIDADES DE
SERRA DOS PREGOS E CÓRREGO FRIO,
QUE FAZEM O MUNICÍPIO DE SANTA
TERESA - ES E A EMPRESA SÃO
CRISTÓVÃO CONSTRUÇÕES E
INSTALAÇÕES DE INCÊNDIO EIRELI, NA
FORMA ABAIXO:**

O Município de Santa Teresa/ES, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Darly Nerty Vervloet, 446 - Centro, Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, adiante denominada **CONTRATANTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 27.167.444/0001-72, representado legalmente pelo seu Prefeito Sr. **KLEBER MEDICI DA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Antônio Roatti, nº 300, Centro, Santa Teresa/ES, CEP: 29.650-000, portador do RG nº 548.668 e do CPF nº 756.860.157-91, e a **EMPRESA SÃO CRISTÓVÃO CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES DE INCÊNDIO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.928.771/0001-60, com sede na Rua Guilherme Miertschink, 152, Centro, Santa Maria de Jetibá-ES, CEP: 29.645-000, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Representante Legal, o Sr. **WELSTER RODRIGUES DE SALLES**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 085.766.667-31, firmam o presente Contrato para **REALIZAÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM EM TRECHO RURAL NAS COMUNIDADES DE SERRA DOS PREGOS E CÓRREGO FRIO**, cujo Edital de TOMADA DE PREÇOS está protocolado no Município sob o nº 004643/2022, aprovado pelo Sr. Prefeito Municipal, sujeitando-se as contratantes à Lei 8.666/93 e suas alterações e a Lei Complementar nº 123/2006 e às seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente Contrato a execução, pela **CONTRATADA**, sob-regime de empreitada por preço unitário, para realização de **obra de pavimentação e drenagem em trecho rural nas comunidades de Serra dos Pregos e Córrego Frio**.

1.2. Os serviços previstos neste Contrato serão executados de acordo com o que consta no **ANEXO X - PROJETO BÁSICO** e no **ANEXO III - PLANILHAS DE PREÇOS** do Edital, que a este integram.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

1.3. Na execução dos serviços a **CONTRATADA** estará obrigada a observar todas as condições estabelecidas neste contrato, especialmente, as obrigações constantes da **CLÁUSULA DÉCIMA** deste Contrato.

1.4. Salvo o que tiver sido expressamente modificado pelo presente instrumento, os serviços ora contratados serão efetuados em conformidade com os documentos a seguir enumerados, os quais, após rubricados pelas partes contratantes, passam a integrá-lo como se nele transcritos.

a - EDITAL Nº. 000008/2022 TOMADA DE PREÇOS e seus anexos;

b - carta proposta da CONTRATADA, datada de 12 de julho de 2022 e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – FONTE DE RECURSOS

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento dos encargos resultantes dessa **TOMADA DE PREÇOS**, provém da seguinte Dotação Orçamentária:

015001.1545100311.014.44905100000 - Fonte: 15200001000 - Ficha 360.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL, REAJUSTAMENTO E REVISÃO

3.1. **VALOR GLOBAL** - O valor total da Contratação é de **R\$ 243.782,24** (duzentos e quarenta e três mil, setecentos e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos), sendo a data base 12 de julho de 2022.

3.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.2. A CONTRATANTE só pagará pelos serviços efetivamente executados, na forma constante da planilha orçamentária apresentada pela CONTRATADA e que, independentemente de transcrição, passa a fazer parte integrante do presente Contrato.

3.3. **REAJUSTAMENTO**: os preços propostos serão reajustados nos termos da fórmula a seguir indicada, observado o interregno mínimo de um ano, na forma da legislação vigente, considerando a data-base do contrato.

3.3.1. A fórmula para o cálculo do reajustamento será:

$$R = \frac{I1 - I0 \times V}{I0}$$

Em que:

R = Valor do Reajustamento procurado.

Rua Darly Nerty Vervloet, 446 – Santa Teresa – ES – CEP 29.650-000

TeleFax: (27) 3259-3900 – CNPJ: 27.167.444/0001-72

[2/16]



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

Io = É o Índice Setorial de Reajustamento ...do mês da data-base do Contrato, com base no INCC (Índice Nacional da Construção Civil).

II = É o Índice Setorial de Reajustamento referente ao mês que a contratada fará jus ao reajuste.

V = Valor a ser reajustado.

3.3.2. O reajuste será efetuado por meio de simples apostilamento, nos termos do artigo 65, parágrafo 8º, da Lei Federal nº. 8.666/93.

3.3.3. Os atrasos na execução do objeto segundo os prazos estabelecidos no contrato não poderão ensejar o reajuste de preços, caso sejam atribuíveis à contratada, podendo, ainda, nesta hipótese, resultar na aplicação das penalidades previstas no contrato.

3.4. DA REVISÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: Sempre que atendidas as condições do Contrato, assinado e publicado, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro. Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada. A revisão será objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos e econômicos, por intermédio de processo administrativo específico para apurar o caso concreto.

3.4.1. Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento.

3.4.2. Não será concedida a revisão quando:

- a) Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada.
- b) O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização do prazo de execução do contrato.
- c) Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada.
- d) A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.
- e) Houver alteração do regime jurídico-tributário da Contratada, ressalvada a hipótese de superveniente determinação legal.
- f) Divergência entre a composição de custos unitários da proposta da CONTRATADA com os serviços definidos na Planilha, no Projeto e normas técnicas vigentes.

Rua Darly Nerty Vervloet, 446 – Santa Teresa – ES – CEP 29.650-000

TeleFax: (27) 3259-3900 – CNPJ: 27.167.444/0001-72

[3/16]



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

3.4.3. A revisão será formalizada por meio de Termo Aditivo, precedida de análise dos órgãos de controle, nos termos da legislação correspondente.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZOS E CONDIÇÕES DE ACEITAÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS

4.1. A vigência do contrato a ser firmado será de 150 (cento e cinquenta) dias, a contar da data de sua assinatura, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

4.2. O prazo de execução da obra/reforma será de 120 (cento e vinte) dias, a contar do dia subsequente à data de recebimento da Ordem de Serviço pela empresa vencedora.

4.3. Os prazos de início de etapas de execução e de conclusão, admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do Contrato, e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, devendo ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente do MUNICÍPIO, desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

- 1 - Alteração do projeto ou especificações pelo Município;
- 2 - Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Contrato;
- 3 - Interrupção da execução do Contrato ou diminuição do ritmo de trabalho, por ordem e no interesse do MUNICÍPIO;
- 4 - Aumento das quantidades inicialmente previstas neste Contrato, nos limites previstos na Cláusula Décima Quarta deste instrumento;
- 5 - Impedimento de execução do Contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pelo Município, em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- 6 - Omissão ou atraso de providências a cargo do MUNICÍPIO, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução do Contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

OBSERVAÇÕES:

a) Nenhuma parte será responsável para com a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

b) Enquanto perdurarem os motivos de força maior ou caso fortuito, cessarão os deveres e responsabilidades de ambas as partes, em relação às OBRAS e SERVIÇOS contratados.

4.4. Se a CONTRATADA ficar temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente, por motivo de força maior, de cumprir com seus deveres e responsabilidades relativas aos SERVIÇOS contratados, deverá comunicar por escrito e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a existência daqueles motivos, devidamente comprovados, indicando a alteração de prazo pretendida.

Rua Darly Nerty Vervloet, 446 – Santa Teresa – ES – CEP 29.650-000
TeleFax: (27) 3259-3900 – CNPJ: 27.167.444/0001-72

[4/16]



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

4.5. O comunicado sobre força maior será julgado à época do seu recebimento com relação à aceitação ou não do fato alegado, podendo a Prefeitura constatar a sua veracidade.

4.6. Constatada a interrupção da execução das OBRAS e SERVIÇOS por motivo de força maior, o prazo estipulado no Contrato deverá ser prorrogado pelo período razoavelmente necessário à retomada das OBRAS e SERVIÇOS.

4.7. Qualquer dúvida com respeito a esta prorrogação de prazos será esclarecida e devidamente acordada entre o Município e a CONTRATADA, visando encontrar a melhor solução para ambas as partes. Entretanto, se a retomada das OBRAS e SERVIÇOS, por motivo de força maior, demandar prazo superior a 15 (quinze) dias, o Município poderá rescindir o Contrato ou cancelar parte das OBRAS e SERVIÇOS, tudo mediante comunicação por escrito à CONTRATADA e através de Termo Aditivo ao Contrato. Mediante tal rescisão ou cancelamento, O Município poderá, a seu critério, contratar a execução das OBRAS e SERVIÇOS necessária ao cumprimento do objetivo do Contrato, de maneira e forma que lhe parecer mais adequada, observada a legislação vigente.

4.8. As OBRAS e SERVIÇOS somente serão recebidos pelo Município, após o atendimento de todas as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais documentos que o integram.

4.9. A assinatura do Termo de Recebimento Definitivo não implicará em eximir a CONTRATADA das responsabilidades e obrigações a que se refere o Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTOS

5.1. Para fins de acompanhamento mensal da regularidade da empresa Contratada junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social será adotado o critério de comprovação de recolhimento, visando ilidir o Município da Responsabilidade Solidária junto à Previdência Social, em conformidade com a legislação pertinente.

5.2. Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria do MUNICÍPIO, mediante a apresentação de notas fiscais em DUAS vias, sem emendas ou rasuras, devidamente aprovadas pela fiscalização do MUNICÍPIO. As notas fiscais deverão observar os preços da proposta aceita e, depois de conferidas e visadas serão encaminhadas para processamento e posterior pagamento até o dia 30 (trinta) do mês subsequente ao da execução e aceitação das obras e serviços pelo Município.

5.3. As notas fiscais acompanhadas dos documentos exigidos no subitem 5.3.1 deverão observar os preços da proposta aceita, bem como deverá constar o número do contrato, período da medição e descrição do objeto, e serão apresentadas ao MUNICÍPIO até o dia 5 do mês subsequente ao da medição e pagas até o dia 30 (trinta) deste mesmo mês. Os documentos apresentados posteriormente ao dia 5 terão seus pagamentos postergados em igual número de dias.

Rua Darly Nerty Vervloet, 446 – Santa Teresa – ES – CEP 29.650-000

TeleFax: (27) 3259-3900 – CNPJ: 27.167.444/0001-72

[5/16]



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

5.3.1 Os recebimentos das notas fiscais ficam condicionados á apresentação, pela **CONTRATADA**, dos seguintes documentos:

- a) Anotação de Responsabilidade Técnica (Conselho de Classe da Categoria) - todas notas fiscais;
- b) CND do INSS - todas notas fiscais;
- c) CRS do FGTS - todas notas fiscais;
- d) CNDT de Débitos de Trabalhistas;
- e) Inscrição da obra no CNO - Cadastro Nacional de Obras, em seu Nome, seguido do nome Prefeitura Municipal de Santa Teresa - ES - **REALIZAÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM EM TRECHO RURAL NAS COMUNIDADES DE SERRA DOS PREGOS E Córrego Frio**, todas notas fiscais;
- f) Inscrição do ISSQN do MUNICÍPIO de Santa Teresa - ES - todas notas fiscais.
- g) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede da proponente e do Município de Santa Teresa - ES - todas notas fiscais.

OBS.: Os documentos a que se referem às alíneas "a" a "e" deverão ter suas datas de emissão condicionadas ao efetivo início da execução das obras e serviços.

5.3.2. Os pagamentos das demais notas fiscais ficam condicionados ao item 5.3.1 e a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Cópia da Guia de Recolhimento da Previdência Social - GPS, do mês de execução do serviço ou do mês imediatamente anterior, exclusiva para os serviços, devidamente quitada e contendo em seu campo próprio, inscrição da obra no CNO - Cadastro Nacional de Obras. Quando da emissão da última nota fiscal deverá ser apresentada, incondicionalmente, a guia do próprio mês de execução dos serviços;
- b) Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GFIP/RE - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações a Previdência Social), devidamente quitada do mês de execução dos serviços ou do mês imediatamente anterior, exclusiva para os serviços. Quando da emissão da última nota fiscal deverá ser apresentada incondicionalmente a guia do próprio mês de execução dos serviços;
- c) Cópia da Guia de Recolhimento do PIS (Programa de Integração Social) referente ao mês anterior ao da execução do serviço. Quando da emissão da última nota fiscal deverá ser apresentada também a guia do próprio mês de execução dos serviços;
- d) Cópia da Guia de Recolhimento do ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), referente ao mês anterior ao de execução do serviço objeto da contratação. Quando da emissão da última nota fiscal, deverá ser apresentada também a guia do próprio mês de execução dos serviços.

5.3.3. Para efeito de recebimento da última nota fiscal, quando concluídos os **SERVIÇOS**, deverá a **CONTRATADA** apresentar também a Certidão Negativa dos órgãos competentes relativas ao INSS, FGTS, IS, bem como do Conselho de Classe da Categoria, de aludidos **SERVIÇOS**, com vigência à data prevista para pagamento dos serviços.

Rua Darly Nerty Vervloet, 446 – Santa Teresa – ES – CEP 29.650-000

TeleFax: (27) 3259-3900 – CNPJ: 27.167.444/0001-72

[6/16]



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

5.4. Ocorrendo erros na apresentação das notas fiscais, as mesmas serão devolvidas à **CONTRATADA** para correção, ficando estabelecido que o atraso decorrente deste fato implique em postergação da data do pagamento, por igual número de dias, sem que disto gere encargos financeiros para o Município.

5.5. O MUNICÍPIO poderá deduzir dos pagamentos, importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela **CONTRATADA** em decorrência de inadimplemento do Contrato.

5.6. Os valores correspondentes às notas fiscais vencidas e não pagas pelo Município na forma contratual, sofrerão a incidência de multa de mora na base de 0,01%(zero vírgula zero um por cento) ao dia sobre a parcela em atraso, limitada a sua aplicação ao valor total desta, embasados no Código Civil Brasileiro.

5.7. Os pagamentos das multas de mora serão efetuados pelo Município em sua Tesouraria contra apresentação de nota de débito contendo o número do contrato e notas fiscais correspondentes.

CLÁUSULA SEXTA – RESPONSABILIDADE CIVIL

6.1. A **CONTRATADA** será responsável por qualquer reparo ou conservação da obra durante 60 (sessenta) dias após o seu recebimento definitivo, sem prejuízo das responsabilidades previstas no Artigo 73, §2º, da Lei nº 8.666/93 e artigo 618, do Código Civil.

CLÁUSULA SÉTIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Em caso de inexecução total ou parcial dos **SERVIÇOS** atraso de execução ou qualquer inadimplência contratual, inclusive desatendimento das determinações da Fiscalização, a **CONTRATADA** estará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, no que couber às seguintes penalidades:

- a - Advertência;
- b - Multas penitenciais;

As multas serão aplicadas para os seguintes casos e percentuais, limitadas a 10% (dez por cento) do valor global contratado:

I - De 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor faturado objeto da inadimplência contratual atualizada na forma da lei, quando a **CONTRATADA**, sem justa causa, deixar de cumprir a obrigação assumida.

II - De 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre o valor faturado objeto da inadimplência contratual, atualizada na forma da lei, no caso de desatendimento de determinação da Fiscalização.

Rua Darly Nerty Vervloet, 446 – Santa Teresa – ES – CEP 29.650-000
TeleFax: (27) 3259-3900 – CNPJ: 27.167.444/0001-72

[7/16]



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

c - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, por prazo não superior a 2 (dois) anos, à critério do **MUNICÍPIO**;

d - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o **MUNICÍPIO**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o **MUNICÍPIO**, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir o **MUNICÍPIO** pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra anterior.

7.2. Quando as multas atingirem o limite de 10% (dez por cento) do valor global do Contrato, o Município poderá considerar a rescisão parcial ou total do Contrato.

7.3. A **CONTRATADA** não incorrerá em multa quando o descumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma físico resultar de força maior devidamente comprovada ou de instruções do **MUNICÍPIO**.

7.4 Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município ou cobrada judicialmente.

7.5. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do subitem 7.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

7.6. A sanção prevista na alínea "d" do subitem 7.1 é de competência do **Sr. Prefeito Municipal**, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

7.7. As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 7.1 poderão também ser aplicadas à **CONTRATADA** que, em razão do Contrato:

I - Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, referenciados aos serviços;

II - Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

III - Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com o Município, em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização dos **SERVIÇOS** objeto deste Contrato, ficará a cargo do **MUNICÍPIO**, através dos servidores, o Sr. **Tiago Silva Marmontelo**.

Rua Darly Nerty Vervloet, 446 – Santa Teresa – ES – CEP 29.650-000
TeleFax: (27) 3259-3900 – CNPJ: 27.167.444/0001-72

[8/16]



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

8.2. A Fiscalização poderá a qualquer tempo, solicitar a substituição de elementos da equipe da **CONTRATADA**, mediante justificativa, devendo o atendimento ser feito no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

8.3. Quando do recebimento da **primeira Nota Fiscal**, a Fiscalização promoverá uma conferência preliminar da documentação a ela anexada, que constará de:

- a) Verificação da data de emissão e de validade do CND do INSS;
- b) Verificação da data de emissão e de validade do CRF do FGTS;
- c) Verificação da data de emissão e de validade do CNDT de Débitos Trabalhistas;
- d) Verificação da data do comprovante de inscrição no Cadastro da Contratada no ISS (Imposto sobre Serviços) no Município de Santa Teresa - ES.
- e) Verificação se o objeto do serviço constante da Anotação de Responsabilidade Técnica junto ao Conselho de Classe da Categoria corresponde aos dados do contrato;
- f) Verificação da data de emissão e se a inscrição da obra no CNO - Cadastro Nacional de Obras, está emitido em nome da CONTRATADA, seguido do nome PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA-ES, **REALIZAÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM EM TRECHO RURAL NAS COMUNIDADES DE SERRA DOS PREGOS E CÓRREGO FRIO**. Observar compatibilidade entre a data de emissão e de início dos serviços;
- g) Verificação se a medição e faturamento estão a preços iniciais do Contrato;
- h) Verificação se no campo "Descrição dos Serviços", no anverso da Nota Fiscal consta o número do contrato, período de medição e descrição do objeto e se após estes dados, consta a distribuição do valor da nota fiscal, por insumo (mão de obra, materiais, equipamentos, etc), em consonância com os percentuais constantes da fórmula de reajustamento;
- i) Anotação (a ser promovida pela fiscalização) no verso da Nota Fiscal, do número de empregados da contratada e/ou de subcontratada, que estiveram alocados para execução dos serviços descritos no anverso da nota fiscal. **Este quantitativo de empregados deverá manter relação com o constante da Relação de Empregados (RE) referente à GFIP (Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações a Previdência Social), da contratada e subcontratada, se for o caso.**

8.4. Quando do recebimento das **demais Notas Fiscais**, a Fiscalização promoverá uma conferência preliminar da documentação a ela anexada, que constará de:

- a) Verificação do mês de referência da Guia de Recolhimento da Previdência Social (GPS), se relativa ao mês anterior ou ao próprio mês de execução dos serviços e se devidamente quitada. Na hipótese da GPS se referir ao mês anterior da execução dos serviços, deverá a ela ser anexada cópia da Nota Fiscal respectiva. Confirmar se no campo "CNPJ/CGC/CEI" consta a inscrição da obra no CNO - Cadastro Nacional de Obras;
- b) Verificação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) e respectiva Relação de Empregado (RE), se refere ao mês anterior ou ao próprio mês de execução dos serviços e se devidamente quitada, com o código de recolhimento 155;

Rua Darly Nerty Vervloet, 446 – Santa Teresa – ES – CEP 29.650-000

TeleFax: (27) 3259-3900 – CNPJ: 27.167.444/0001-72

[9/16]



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

- c) Verificação de que a GFIP/RE é exclusiva para os empregados alocados diretamente aos serviços descritos na Nota Fiscal e se esta é relativa ao próprio mês de execução dos serviços ou se relativo ao mês anterior. A GFIP e a GPS deverão estar correlacionada com a Nota Fiscal;
- d) Verificação do Recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISS), se relativa ao mês anterior ou ao próprio mês de execução dos serviços e se devidamente quitada. Na hipótese da Guia de ISSQN se referir ao mês anterior da execução dos serviços, deverá a ela ser anexada cópia da Nota Fiscal respectiva. O valor do recolhimento deverá representar o percentual aplicável aos serviços, em conformidade com o Código Tributário do MUNICÍPIO de Santa Teresa - ES;
- e) Verificação da Guia de Recolhimento do PIS (Programa de Integração Social) se refere ao mês anterior ou ao próprio mês de execução dos serviços e se devidamente quitada;
- f) Verificação se a medição e faturamento estão a preços iniciais do Contrato;
- g) Verificação se no campo "Descrição dos Serviços", no anverso da Nota Fiscal consta o número do contrato, período de medição e descrição do objeto e se após estes dados, consta a distribuição do valor da nota fiscal, por insumo (mão de obra, materiais, equipamentos, etc), em consonância com os percentuais constantes da fórmula de reajustamento;
- h) Anotação (a ser promovida pela fiscalização) no verso da Nota Fiscal, do número de empregados da contratada e/ou de subcontratada, que estiveram alocados para execução dos serviços descritos no anverso da nota fiscal. **Este quantitativo de empregados deverá manter relação com o constante da Relação de Empregados (RE) referente a GFIP (Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações a Previdência Social), da contratada e subcontratada, se for o caso;**
- i) Verificação se a Declaração fornecida pelo proprietário e Contador, é específica para cada pagamento, se cita o número da nota fiscal, se menciona que a base de cálculo utilizada para os recolhimentos previdenciários apresentados refletem os salários reais pagos aos empregados alocados a obra/serviço relacionada na nota fiscal, e se contém informação de que mantém contabilidade regular.

8.5. Quando do recebimento da **última Nota Fiscal**, a fiscalização promoverá uma conferência preliminar da documentação a ela anexada, observando os critérios do subitem 8.4 anterior, entretanto os recolhimentos se referirão obrigatoriamente ao mês da execução dos serviços. As Certidões Negativas relativas ao INSS, FGTS, ISS e do Conselho de Classe da Categoria, de que trata o subitem 5.3.2, deverão estar vigentes à data prevista para pagamento dos serviços.

8.6. O valor da base de cálculo de contribuição para o INSS constante da GPS deverá manter relação com a GFIP, e deverá representar, no mínimo, o valor obtido com a aplicação do percentual do insumo "MÃO DE OBRA", constante da fórmula de reajustamento, sobre o valor total da Nota Fiscal correspondente.

8.7. Aceitação da GPS com base de cálculo inferior aos percentuais acima, fica condicionada a apresentação de declaração firmada pelo proprietário e pelo Contador da empresa, justificando a base de cálculo em valor inferior ao citado na alínea anterior, devendo ser específica para cada pagamento, citando o número da nota fiscal, que a base de cálculo

Rua Darly Nerty Vervloet, 446 – Santa Teresa – ES – CEP 29.650-000

TeleFax: (27) 3259-3900 – CNPJ: 27.167.444/0001-72

[10/16]



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

utilizada para os recolhimentos previdenciários apresentados refletem os salários reais pagos aos empregados alocados a obra/serviço relacionada na nota fiscal, além da informação de que mantém contabilidade regular.

8.8. A **CONTRATADA** deverá manter atualizada junto à fiscalização do MUNICÍPIO a "Relação de Empregados dos Serviços", atualizada, que contenha dados sobre seus empregados, tais como: nome do empregado, cargo/função, nº da carteira profissional e horário da jornada de trabalho. O MUNICÍPIO poderá a qualquer momento solicitar a apresentação de outros documentos, inclusive carteira profissional dos empregados da **CONTRATADA**, para verificar o cumprimento da legislação sobre recolhimento dos Encargos Sociais e Trabalhistas, bem como a existência de vínculo empregatício.

8.9. Não serão admitidos na execução dos serviços empregados sem vínculo empregatício.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.1. Fiscalizar o exato cumprimento das condições estabelecidas no contrato.

9.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos profissionais da contratada.

9.3. Efetuar o pagamento a Contratada no prazo estabelecido.

9.4. Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito e em tempo hábil, quaisquer instruções ou procedimentos a adotar sobre assuntos relacionados a este Contrato.

9.5. Designar um representante autorizado para acompanhar o andamento dos Serviços, fiscalizar e dirimir as possíveis dúvidas existentes.

9.6. Proceder à verificação da prestação de Serviços pela **CONTRATADA**, emitindo de comum acordo com a mesma o respectivo boletim de medição.

9.7. Obriga-se a **CONTRATANTE** a fornecer à **CONTRATADA**, todos os dados, documentos e informações que se façam necessárias ao bom desempenho dos serviços contratados, em tempo hábil.

9.8. A **CONTRATANTE** deverá seguir todas as orientações do Projeto Básico.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Descrever as obrigações contratuais que devem ser observadas/cumpridas pela contratada, visando resguardar a plena execução das ações e serviços a serem prestados.

10.2. Verificar a execução dos serviços de acordo com as Normas Técnicas e suas regulamentações.

Rua Darly Nerty Vervloet, 446 – Santa Teresa – ES – CEP 29.650-000

TeleFax: (27) 3259-3900 – CNPJ: 27.167.444/0001-72

[11/16]



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

- 10.3. Verificar a execução dos serviços em conformidade com a legislação ambiental vigente para o local.
- 10.4. Propor a PMST alternativas para solução de problemas que venham ocorrer no transcurso dos serviços, levando em consideração os aspectos econômicos e técnicos envolvidos.
- 10.5. Disponibilizar materiais e equipamentos de qualidade, que proporcionem a perfeita execução dos serviços.
- 10.6. Ter em seu quadro de funcionários, pessoal devidamente habilitado para a função a ser exercida na execução dos serviços, em seu nome, observando rigorosamente todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, securitárias, sindicais, dentre outras. Sendo considerada, nesse particular, responsabilidade exclusiva da contratada;
- 10.7. Verificar se a execução dos serviços atendem rigorosamente as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho;
- 10.8. Designar um representante legal para responder quando solicitado, perante à PMST sobre a execução dos serviços até o total cumprimento das obrigações pactuadas;
- 10.9. Obriga-se a CONTRATADA a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 10.10. É obrigação da CONTRATADA executar as OBRAS e SERVIÇOS para o CONTRATANTE obedecendo às especificações, aos itens, aos subitens, aos elementos, às condições gerais e específicas do Edital de TOMADA DE PREÇOS, anexos, bem como aos detalhes e instruções fornecidos pelo Município, ficando acordado que os mencionados documentos passam a integrar o presente Contrato, para todos os efeitos de direito, ainda que nele não transcritos.
- 10.11. Cumprir as Normas de Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, bem como as Leis, Regulamento e posturas Municipais, em especial as de segurança pública.
- 10.12. Obter todas as licenças relacionadas às OBRAS e SERVIÇOS contratados.
- 10.13. A CONTRATADA, como única empregadora de seu pessoal, compromete-se a segurá-lo contra risco de acidentes de trabalho e observar rigorosamente, todas as prescrições relativas às leis trabalhistas e previdenciárias ou correlatas, em vigor no país. Deverá ainda dar condições de segurança aos seus empregados, fornecendo todos os equipamentos de proteção individual, ou seja, cumprir as normas legais regulamentares e administrativas aplicáveis à segurança, higiene e medicina do trabalho.

Rua Darly Nerty Vervloet, 446 – Santa Teresa – ES – CEP 29.650-000
TeleFax: (27) 3259-3900 – CNPJ: 27.167.444/0001-72

[12/16]



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

10.14. Executar as obras e serviços com as devidas precauções, responsabilizando-se por danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros. Caso venha ocorrer danos a terceiros e o pagamento for efetuado por conveniência por parte do MUNICÍPIO, tal indenização será debitada à CONTRATADA, portanto, e a mesma deverá se resguardar com seguro contra riscos diversos.

10.15. A CONTRATADA deverá manter o diário de obras atualizado diariamente, com informações confiáveis e escrita legíveis relativos aos serviços do dia anterior, segundo as orientações da Fiscalização.

10.16. A CONTRATADA deverá apresentar a ART no ato do recebimento da Autorização de Execução.

10.17. A CONTRATADA deverá seguir todas as orientações do Projeto Básico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOCUMENTOS ANTERIORES E REGISTRO

11.1. Em caso de divergência existente entre os documentos integrantes do presente Contrato fica estabelecido que este instrumento prevaleça como regulador dos serviços ora contratados, substituindo toda e qualquer documentação anteriormente trocada entre o Município e a CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – TRIBUTOS

12.1. Qualquer alteração, criação ou extinção de benefícios fiscais ou de tributos (impostos, taxas ou contribuição de melhoria) após a assinatura deste Contrato, que reflita comprovadamente nos preços ora contratados, facultará as partes a sua revisão para mais ou para menos, por mútuo e expresse acordo, observada a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO

13.1. O MUNICÍPIO poderá declarar rescindido o Contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA direito a qualquer indenização, nos seguintes casos:

- a - Inexecução total ou parcial do Contrato, ensejando as consequências contratuais e as previstas em lei;
- b - Não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c - Lentidão no cumprimento do Contrato, levando ao CONTRATANTE comprovar a impossibilidade da conclusão das OBRAS e SERVIÇOS nos prazos estipulados;
- d - Atraso injustificado no início das OBRAS e SERVIÇOS, que ocorrerá a partir do recebimento da Ordem de Início de Serviços ou da data de assinatura do Contrato, conforme o caso;
- e - Paralisação das OBRAS e SERVIÇOS, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;

Rua Darly Nerty Vervloet, 446 – Santa Teresa – ES – CEP 29.650-000

TeleFax: (27) 3259-3900 – CNPJ: 27.167.444/0001-72

[13/16]



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

- f - A subcontratação total do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitido neste Contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução do Contrato;
- g - Desatendimento das determinações regulares da unidade do MUNICÍPIO designada para acompanhar e fiscalizar as OBRAS e SERVIÇOS, assim como as de seus superiores;
- h - Cometimento reiterado de faltas na execução das OBRAS e SERVIÇOS anotados pela Fiscalização do CONTRATANTE;
- i - Decretação de falência ou instauração de insolvência civil e dissolução da sociedade;
- j - Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do Contrato;
- l - Quando o valor das multas aplicadas ultrapassar de 10% (dez por cento) do valor global contratado ou após o trigésimo dia de atraso no cumprimento da obrigação assumida;
- m - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
- n - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pelo Secretário Municipal de Obras e Infra Estrutura, exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato.

13.2. O CONTRATANTE poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o Contrato por conveniência administrativa fundamentada, recebendo a CONTRATADA, neste caso, retenções eventualmente efetuadas e os valores correspondentes às OBRAS e SERVIÇOS já executados até a data da rescisão, se aceitos pela Fiscalização, bem como o custo da desmobilização.

13.3. A rescisão fundada nas hipóteses previstas nas alíneas "a" a "l" do subitem 13.1, acarretará à CONTRATADA as seguintes sanções, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Sétima - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS deste Contrato:

- a - Perda de garantia e retenções contratuais, se existentes;
- b - Retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE;
- c - Responsabilidade da CONTRATADA por prejuízos causados ao MUNICÍPIO.

13.4. A forma de rescisão do Contrato, bem ainda as suas consequências estão elencadas na legislação que rege esta contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SUPRESSÕES OU ACRÉSCIMOS

14.1. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas OBRAS e SERVIÇOS até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato regularmente atualizado nos termos da lei.

14.1.1. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no subitem anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre os contratantes.

Rua Darly Nerty Vervloet, 446 – Santa Teresa – ES – CEP 29.650-000

TeleFax: (27) 3259-3900 – CNPJ: 27.167.444/0001-72

[14/16]



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

14.2. As supressões ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados através da Unidade do MUNICÍPIO responsável pela fiscalização das OBRAS e SERVIÇOS mediante a elaboração de aditamento ao instrumento contratual.

14.3. O percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato estabelecido no subitem 14.1, também abrange a possibilidade de se incluírem itens não previstos nas planilhas de preços, desde que afetos ao objeto contratado.

14.4. Os preços unitários dos serviços não previstos serão determinados mediante acordo entre as partes, tomando-se como base os parâmetros apresentados nas composições de custo da CONTRATADA (preços de insumos básicos, BDI e encargos sociais).

14.5. Caso o insumo básico necessário não conste nas composições de custo apresentada pela CONTRATADA, o mesmo terá como base o preço de mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CAUÇÃO DE GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

15.1. Na data da assinatura deste instrumento, a CONTRATADA apresentará no Setor de Contratos do Município, a caução de garantia de execução do **CONTRATO**, como garantia da fiel execução deste Contrato, no valor de **R\$ 7.313,46** (sete mil, trezentos e treze reais e quarenta e seis centavos), correspondente a **3%** (três por cento) do valor estimado global contratado **R\$ 243.782,24 (duzentos e quarenta e três mil, setecentos e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos)**, observadas as disposições constantes do Capítulo XI, do Edital de **TOMADA DE PREÇOS** que a este integra.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO MEIO AMBIENTE

16.1. A CONTRATADA deverá adotar todas as precauções para evitar agressões ao meio ambiente, mantendo o local de trabalho adequado às exigências de limpeza, higiene e segurança.

16.2. A CONTRATADA fica responsável, inclusive por atos de seus empregados, pela preservação da flora e da fauna existente, de acordo com a legislação e normas vigentes.

16.3. São de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE:

- a) A restauração de eventuais agressões ao ambiente que por sua culpa tenham ocorrido, nos termos definidos pelo órgão fiscalizador.
- b) As multas que venham a ser aplicadas pelos órgãos e entidades de fiscalização do meio ambiente.

Rua Darly Nerty Vervloet, 446 – Santa Teresa – ES – CEP 29.650-000

TeleFax: (27) 3259-3900 – CNPJ: 27.167.444/0001-72

[15/16]



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

16.4. Eventuais multas e qualquer outro custo ou encargo relativo às obrigações previstas nesta cláusula, se suportados pela CONTRATANTE, serão descontados dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou das garantias oferecidas ou ainda cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Elegem, as partes, o Foro da Comarca de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a qualquer outro para solução de quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Santa Teresa/ES, 14 de setembro de 2022.

KLEBER MEDICI DA COSTA
CONTRATANTE

WELSTER RODRIGUES DE SALLES
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Rua Darly Nerty Vervloet, 446 – Santa Teresa – ES – CEP 29.650-000
TeleFax: (27) 3259-3900 – CNPJ: 27.167.444/0001-72
[16/16]